

O CASTELO DE S. JORGE DE LISBOA – ESCAVAÇÃO, MUSEALIZAÇÃO E GESTÃO DE PATRIMÓNIO

Alexandra Gaspar¹, Ana Gomes¹, Teresa Oliveira², Susana Serra²

Resumo

As escavações arqueológicas no Castelo de S. Jorge iniciadas em 1996, no âmbito do Projeto Integrado do Castelo (PIC) da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, permitiram fazer uma leitura estratigráfica da ocupação da alcáçova. Para a Praça Nova, localizada a NE, previa o PIC a construção de um parque de estacionamento, que foi inviabilizada face às ruínas postas a descoberto. Destas salienta-se o bairro islâmico com as suas ruas e grandes casas de pátio central sobre o qual foi construído o palácio dos bispos de Lisboa. Os vestígios da Idade do Ferro, embora escavados numa área mais reduzida, permitiram pôr a descoberto um compartimento do século VI a.C.

A boa preservação das ruínas e a sua fácil leitura levaram a que, ao fim de alguns anos, se tivesse conseguido proceder à musealização das ruínas, com projeto do Arquiteto Carrilho da Graça e se tivesse criado o Núcleo Museológico do Castelo, com projeto do Arquiteto Vítor Mestre. Nos últimos anos, sob a gestão da empresa municipal de cultura EGEAC, preconizou-se um projeto global de valorização do Castelo de S. Jorge que teve como premissas a preservação e valorização do monumento nacional, dotando-o de condições de apresentação, acessibilidade e fruição condignas.

Palavras-chave: Castelo de S. Jorge, Musealização, Arqueologia, Gestão de Património.

Abstract

Archaeological excavations at Castelo de S. Jorge started in 1996 under the Integrated Project of the Castle (PIC). the responsibility of Lisbon city council. They have allowed a stratigraphy analysis of the citadel's occupation. At Praça Nova, located to the NE, the PIC planned the construction of a car parking. This construction was not possible due to the presence of ruins - It is a large area where it was possible to register a long diachrony, from the Iron Age until the 1755 earthquake. From the identified set of ruins we can highlight the Islamic quarter, with their central courtyard large houses and streets, where later the Lisbon Bishops' Palace was to be built. The levels of the Iron Age, although excavated in a smaller area, allowed the identification of a compartment dated to the sixth century BC.

The good preservation of the ruins led, after some years, to the musealization of the archaeological structures, by Architect João Luís Carrilho da Graça, and to the creation of a local Museum, by Architect Vitor Mestre.

In recent years, under the management of EGEAC, the municipal company for culture, an overall enhancement project of the Castle of St. George was promoted, based on assumptions such as the preservation and enhancement of the national monument, especially its archaeological heritage, subject to a long archaeological research, providing it with adequate conditions of presentation, accessibility and enjoyment by the public.

Keywords: St. George Castle, Musealization, Archaeology, Cultural Heritage Management.

¹ DGPC – Direção Geral do Património Cultural

² EGEAC – Castelo de S. Jorge

Em meados dos anos 90, no quadro do programa Integrado do Castelo (PIC) programa de reabilitação e de dinamização do bairro histórico do Castelo, que tinha como objetivo o desenvolvimento social da população local residente e a reabilitação do tecido urbano e consequentemente a melhoria das condições de vida dos habitantes, previa-se a reabilitação dos dois espaços distintos ali existentes, a chamada área monumental e área da freguesia. (Fig. 1)



Figura 1 – Planta da freguesia do Castelo de S. Jorge.

Na área da freguesia o projeto contemplava a reabilitação de todo o tecido urbano, enquanto para a área monumental estavam previstos alguns projetos mais pontuais, de que se destaca a recuperação do caminho de ronda da muralha da alcáçova, nunca concluído; a construção de um parque de estacionamento na Praça Nova do Castelo; obras de conservação da barbacã e requalificação do fosso do castelejo; a reabilitação do edifício da Casa do Governador; a reabilitação da barbacã e arranjo paisagístico de vários espaços do Castelo de S. Jorge; instalação de um periscópio numa das torres do Castelo; criação do CICL – Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa e criação da Olisipónia (exposição multimédia sobre a história de Lisboa)

Este programa, da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, foi desenvolvido com base em parcerias com outras instituições públicas e privadas, tendo os trabalhos de arqueologia sido assegurados pelo então IPPAR e iniciados em 1996.

No âmbito deste projeto foram realizadas escavações arqueológicas em todos os locais intervencionados. Assim, procedeu-se a escavações arqueológicas sistemáticas de caráter preventivo e de salvaguarda do monumento, nos diferentes fogos intervencionados na freguesia, reabilitou-se parte do Caminho de Ronda e iniciaram-se as escavações na Praça Nova que desde o início foram reveladoras da importância do espaço para a memória histórica da cidade. Na sequência destas escavações o projeto de construção do parque de estacionamento é abandonado e procede-se a uma escavação arqueológica que se viria a prolongar até 2007, embora sem caráter sistemático. No decorrer das escavações arqueológicas foram sendo postas a descoberto estruturas arqueológicas de diversos períodos, designadamente um importante núcleo urbano da época islâmica de meados séc. XI – XII e do período setecentista, nomeadamente do período do terramoto de 1775 com o derrube do palácio que ocupava praticamente toda a área da Praça Nova e mais tarde, já em finais 2006, a identificação de estruturas da Idade do Ferro, tendo sido possível verificar uma sequência ocupacional entre o século VII a.C. e o século II a.C., onde se identificaram, pelo menos parte de uma estrutura habitacional que parece ter sofrido sucessivas remodelações, inserida num espaço também com funcionalidades distintas ao longo de cerca de 500 anos, que atestam contactos privilegiados com o Sul da Península Ibérica.

Quando por volta de 1999 é abandonada em definitivo a ideia de construção de um parque de estacionamento na Praça Nova do Castelo de S. Jorge, sabíamos que não seria fácil, conseguir, um dia, a criação de um núcleo museológico, que integrasse os materiais provenientes das escavações arqueológicas decorridas na alcáçova e, o que ainda seria mais difícil, a inclusão das estruturas arqueológicas nessa musealização.

Ao longo de cerca de uma década fomos procurando criar condições e desenvolvendo pequenos projetos, com vista à criação de um núcleo museológico no Castelo.

Apenas em 2006 este projeto começou a ga-

nhar forma e contou, desde então, com o apoio das administrações da EGEAC e das direções do então IPPAR, IGESPAR e DRCLVT.

A oportunidade de apresentar e candidatar o projeto no âmbito do Programa Operacional da Cultura (POC) surgiria mais tarde sob proposta de Teresa Oliveira e Susana Serra.

A inevitabilidade da criação de um núcleo museológico num monumento com as características do Castelo de S. Jorge sempre foi para nós incontestável e sempre acreditámos que seria uma realidade, embora tivesse demorado alguns anos.

O Projeto de Musealização da Área Arqueológica e de Instalação do Núcleo Museológico do Castelo decorreu entre 2006 e 2010.

Este projeto teve um valor global de investimento de cerca de 2.800.000,00€ dos quais 925.000,00€ corresponde a Financiamento FEDER. Assim o Núcleo Museológico custou cerca de 864.500,00€ e Núcleo Arqueológico 1.905.300,00€.

1. NÚCLEO MUSEOLÓGICO DO CASTELO (NMC)

O projeto de instalação do núcleo museológico do Castelo é da autoria dos Arquitetos Vítor Mestre e Sofia Aleixo. Este núcleo é constituído pela Sala Ogival, Sala das Colunas e Sala da Cisterna que integravam o conjunto arquitetónico do Paço Real da Alcáçova.

Este núcleo desenvolve-se em 3 temáticas ou seja 3 subnúcleos – O Castelo na Cidade; A Alcáçova Islâmica de Lisboa e Outras Vivências. (Fig. 2)

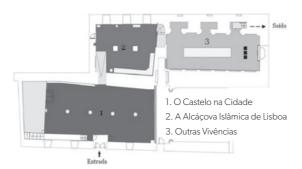


Figura 2 – Planta do núcleo museológico.

A primeira sala funciona como sala multiusos – inclui áreas expositivas e o serviço educativo. Assim a exposição encontra-se distribuída por duas salas. No primeiro núcleo, a que poderíamos denominar de "alcáçova islâmica", podemos encontrar uma grande variedade de objetos de cerâmica, metal, pedra e osso que pretendem mostrar como se viveu neste espaço no período entre os Reinos das Taifas e o Império Almorávida. (Fig. 3)

O segundo núcleo pretende dar uma perspetiva diacrónica de aspetos do quotidiano desde a Idade do Ferro até ao Terramoto de 1755, onde se podem observar utensílios variados, utilizados pelos habitantes da alcáçova ao longo dos tempos. (Fig. 4)



Figura 3 – Vista geral do Núcleo Museológico – Sala "A Alcáçova Islâmica de Lisboa".



Figura 4 – Vista geral do Núcleo Museológico – Sala "Outras Vivências".

2. NÚCLEO ARQUEOLÓGICO DO CASTELO (NAC)

A musealização do núcleo arqueológico (NAC) é um projeto de arquitetura da autoria do Arquiteto João Luís Carrilho da Graça e o projeto de arquitetura paisagista da autoria de João Gomes da Silva.

Estava subjacente a este projeto a evidência arqueológica de que a cidade de Lisboa se localiza na fachada atlântica numa posição estratégica de controlo marítimo e do estuário do Tejo e consequentemente dos acessos ao interior do território. Esta situação geográfica condicionou o estabelecimento de diferentes populações desde a Idade do Ferro e o cariz portuário das cidades que aqui se construíram. Estas ocupações privilegiaram a colina que se desenvolve desde o Castelo S. Jorge até ao rio.

As intervenções arqueológicas no Castelo S. lorge permitiram confirmar este registo diacrónico - povoado da Idade do Ferro, ocupação monumental em época romana, alcáçova islâmica e em época medieval instalação da família real no Paço onde permanece até aos inícios do século XVI. Assim o projeto consistiu na individualização de 3 núcleos - Idade do Ferro; Núcleo islâmico e Núcleo Setecentista - Vestígios do Palácio dos Condes de Santiago, tendo o Arquiteto João Luís Carrilho da Graça apresentado soluções distintas para cada núcleo de acordo com a sua singularidade. A uniformidade entre o conjunto foi conseguida, não só pelo uso de materiais semelhantes, mas também pela contenção periférica que define a área arqueológica e simultaneamente constitui um circuito que permite a visualização de toda o núcleo. (Fig. 5)

Esta contenção foi construída com recurso a micro estacas e construção de muro em betão, posteriormente revestido a aço Corten. (Fig.6)

2.1. Núcleo - Idade do Ferro

As características geográficas da colina do Castelo, situada numa zona rica em recursos naturais, junto ao estuário de um grande rio, o Tejo, potenciaram a implantação de um povoado em altura, talvez prote-



Figura 5 – Vista geral da área arqueológica musealizada, in: CARRILHO DA GRAÇA, J. L., *et ali* (2010), "Musealization of the S. Jorge Castle's Praça Nova Archaeological Site Lisbon 2008-2010 – Palimspsest and Palíndrome", *Piranesi_Prix de Rome VIIIa edizione 2010*.

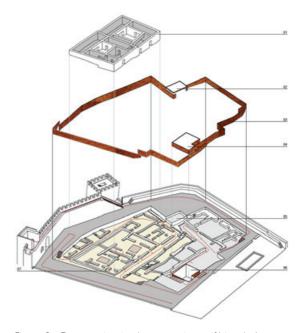


Figura 6 – Esquematização da contenção periférica da área museológica, in: CARRILHO DA GRAÇA, J. L., et ali (2010), "Musealization of the S. Jorge Castle's Praça Nova Archaeological Site Lisbon 2008-2010 – Palimspsest and Palíndrome", *Piranesi_Prix de Rome VIII»* edizione 2010

gido a Norte por uma muralha, pelo menos desde o século VII a.C.

Os vestígios mais antigos identificados nesta área remontam ao séc. VII a. C., sobre os quais é construída uma estrutura habitacional que se desenvolvia para Oeste. Desta estrutura encontra-se preservado

um compartimento, provavelmente uma cozinha, onde se identificaram sobre uma área de fogo diversos objetos – panela, pote, taça e ânforas. (Fig. 7)

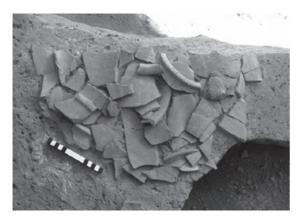


Figura 7 – Materiais da Idade do Ferro em escavação.



Figura 8 – Aspeto geral das estruturas da Idade do Ferro em fase de escavação.



Figura 9 – Aspeto geral da estrutura de proteção do núcleo da Idade do Ferro, in: CARRILHO DA GRAÇA, J. L., et ali (2010), "Musealization of the S. Jorge Castle's Praça Nova Archaeological Site Lisbon 2008-2010 – Palimspsest and Palíndrome", *Piranesi_Prix de Rome VIIIª edizione 2010.*

Depois do grande abandono do séc. V a.C. sucedem-se novas ocupações e abandonos nos séculos seguintes, mantendo o espaço o carácter habitacional até ao séc. Il a.C., altura em que esta área é utilizada como lixeira no período romano, só voltando a ser ocupada já em plena época islâmica.

De facto, nas escavações arqueológicas realizadas na Praça Nova foi possível verificar uma sequência ocupacional entre o século VII a.C. e o século II a.C., onde se identificaram pelo menos parte de uma estrutura habitacional que parece ter sofrido sucessivas remodelações, inserida num espaço também com funcionalidades distintas ao longo de cerca de 500 anos, que atestam contactos privilegiados com o Sul da Península Ibérica. (Fig. 8)

Tratando-se de um período mais remoto da história da cidade normalmente estes níveis situam-se a uma maior profundidade, no caso chega a atingir cerca de 4 metros. Neste núcleo o Arquiteto João Luís Carrilho da Graça optou pela manutenção da leitura em profundidade optando pela construção de uma estrutura fechada, revestida no exterior a aço Corten, com rasgos horizontais que permitem uma visualização parcial das estruturas da idade do Ferro dirigida até a zona de entrada, onde se tem, então uma vista geral do conjunto. (Fig. 9) Esta estrutura assenta na rocha e a construção em si desenvolve-se em vigas.

2.2. Núcleo Islâmico

Neste núcleo, uma zona residencial situada na Praça Nova, a que correspondem vestígios de pelo menos 4 habitações claramente identificadas destacam-se, pelo seu estado de conservação duas casas. (Fig.10)

Este bairro e respetivas ruas de acesso construído entre a Muralha e a provável Mesquita (atual Igreja de Santa Cruz), parece corresponder a um projeto urbanístico criado para este espaço. Estas habitações de pátio central típico da arquitetura mediterrânica, (Fig. 11) dispunham de paredes estucadas e pintadas, (Fig.12) de um sistema de abastecimento e de rede de esgotos. Datado de meados do séc. XI, localiza-se numa zona limítrofe da alcáçova, provavelmente em resultado do crescimento

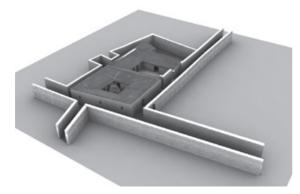


Figura 10 – Proposta de reconstituição do núcleo islâmico.

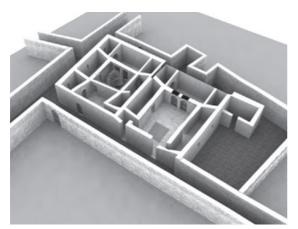


Figura 11 - Proposta de reconstituição do núcleo islâmico.



Figura 12 – Vista geral dos estuques.

urbano operado por esta altura, tendo esta zona sido nivelada para a construção das casas, mais tarde reformuladas com a conquista cristã em 1147 e definitivamente abandonadas com a construção do Palácio dos Bispos de Lisboa.

As estruturas habitacionais apresentam pelo menos duas fases de ocupação, uma relacionada com o pavimento da fase de ocupação de época islâmica, e outro posterior, do qual apenas restam algumas remodelações, visíveis nas alterações produzidas a nível arquitetónico, sobretudo ao nível das paredes dos edifícios.

Relativamente a este núcleo, a opção do projeto de arquitetura foi construir uma estrutura de cobertura que protegesse as estruturas arqueológicas - para o que recorreu à construção de muros mais largos que os existentes - e paralelamente permitisse a circulação dos visitantes por um espaço onde se recria, de forma conjetural, a organização das casas islâmicas, permitir a leitura da sua planimetria quando se acede ao núcleo a partir das muralhas. Simultaneamente pretendia-se que a cobertura ficasse a "a pairar" sobre as ruinas. (Fig. 13) As vantagens desta cobertura a nível arqueológico, resultavam do facto de esta ser suportada apenas por seis apoios; não necessitar de vãos intermédios de suporte – dada a dimensão da área - e por fim o fato de não haver necessidade de simetria entre os vãos, o que permitiu que a sua construção ocorresse em zonas onde as estruturas se encontravam mais destruídas ou mesmo ausentes. (Fig.14)

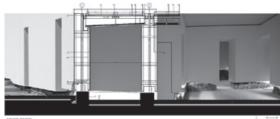




Figura 13 (em cima) – Aspeto da construção da estrutura de proteção do núcleo islâmico.

Figura 14 (em baixo) – Aspeto geral da estrutura de proteção do núcleo islâmico.

In: CARRILHO DA GRAÇA, J. L., et ali (2010), "Musealization of the S. Jorge Castle's Praça Nova Archaeological Site Lisbon 2008-2010 – Palimspsest and Palíndrome", Piranesi_Prix de Rome VIIIª edizione 2010.

2.3. Núcleo do Setecentista – Vestígios do Palácio dos Condes de Santiago

O núcleo setecentista é composto pelos vestígios do Palácio dos Condes de Santiago que ocupava, desde a sua construção, praticamente toda a área da Praça com exceção da área localizada a oeste da rua que ligava à Porta do Moniz. Trata-se de um edifício muito afetado pelo terramoto de 1755 e pelos desaterros efetuados no local pelas obras dos anos 40, e do qual restaram os vestígios atualmente visíveis no núcleo arqueológico. Estas estruturas correspondem ao piso inferior do Palácio. Neste piso destacam-se os três compartimentos, localizados a leste, um dos quais com vestígios de uma entrada monumental, limitados por uma rua calcetada a poente, e uma estrutura de armazenamento do lado poente da rua. (fig.15)





Figura 15 (em cima) – Aspeto geral das estruturas do palácio setecentista.

Figura 16 (em baixo) – Aspeto geral da estrutura de proteção do núcleo setecentista.

In: CARRILHO DA GRAÇA, J. L., et ali (2010), "Musealization of the S. Jorge Castle's Praça Nova Archaeological Site Lisbon 2008-2010 – Palimspsest and Palíndrome", Piranesi_Prix de Rome VIIIª edizione 2010.

Este edifício tem uma leitura complexa, pois encontra-se mal preservado, no entanto a sua construção remonta ao séc. XII, com o Palácio dos Bispos

de Lisboa até à sua reformulação pelos Condes de Santiago, em inícios do século XVI. Este edifício foi sofrendo diversas remodelações ao longo dos séculos dos quais se destaca, em virtude da sua raridade, em contexto de um pavimento de finais do século XV/inícios do XVI que se optou também por incluir no conjunto a musealizar. Esta estrutura, dada a sua fragilidade, foi objeto de uma cobertura. Dada a dificuldade de visualização, o Arquiteto João Luís Carrilho da Graça optou por utilizar um espelho negro integrado na cobertura que permite a visualização refletida desta estrutura. (fig.16)

Não obstante a ocupação contínua da área desde os inícios da Idade do Ferro até à atualidade, constatada nos registos arqueológicos, tanto ao nível das estruturas como do espólio exumado, optou-se por musealizar em termos de programa base, exclusivamente, os núcleos mais bem preservados e com maiores potencialidades de interpretação para o visitante leigo, que correspondem a três períodos emblemáticos da história da cidade e com expressão no local. No entanto a nível concetual o Arquiteto João Luís Carrilho da Graça considerou que as restantes estruturas deveriam também fazer parte do conjunto o que obrigou a um programa de conservação e restauro que não foi inicialmente previsto.

3. GESTÃO DE PATRIMÓNIO

Neste processo de musealização, a ativação de novos valores, significados e sentidos, implicou novos desafios de gestão que obrigaram a uma reflexão crítica sobre as problemáticas específicas de gestão do património arqueológico musealizado num contexto de significativa pressão turística, no sentido de integrar equilibradamente as múltiplas dimensões que convergem hoje na gestão contemporânea de monumentos musealizados – desde a(s) acessibilidade(s) e fruição do património à sustentabilidade da sua preservação, conservação e estudo continuado.

Efetivamente, para este processo de reposicionamento do Castelo de S. Jorge, enquanto monumento nacional com um património histórico e arqueológico ímpar, foi fundamental a implementação do sistema de bilhética no final de 2004, na medida em que permitiu criar as condições para o desenvolvimento de um efectivo projeto global de gestão e valorização de um monumento com uma área de 3,5 hectares no centro histórico de Lisboa.

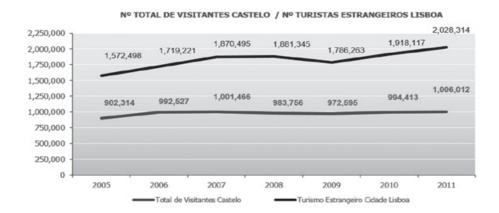
De 2005 a 2010, elegeram-se como prioridades, a melhoria dos serviços de acolhimento, de apoio à visita e de Serviço Educativo, a implementação de uma sinalética funcional e informativa e, naturalmente, a ativação dos recursos patrimoniais do monumento, direcionados, nesta fase, para o património arqueológico através da sua musealização.

A criação das novas valências patrimoniais – a exposição permanente (NMC) e a musealização do sítio arqueológico (NAC) – num equipamento cultural com um universo de cerca de 1 milhão de visitantes ano (Gráfico 1 – Evolução de Visitantes), aberto ao público sete dias por semana, obrigou a uma profunda reflexão crítica quanto ao modelo de gestão a adotar no sentido de potenciar o investimento

realizado e manter custos funcionais sustentáveis num contexto de restrições orçamentais e maiores exigências de conservação patrimonial.

Em 2010, partindo de uma análise SWAT do monumento nacional, define-se um plano de gestão integrada de longo prazo, com planos estratégicos quadrianuais que priorizam eixos de ação, promovendo de forma continuada o desenvolvimento equilibrado das diversas vertentes presentes – de estudo, de conservação, de fruição, de divulgação e de animação.

No âmbito do Plano Estratégico de Gestão 2010-2014, impulsionou-se uma profunda reorganização da estrutura funcional de modo a criar as condições para uma efetiva gestão integrada do património: criação das áreas de Inventário e Documentação e de Conservação e Restauro, na vertente específica de Património; e criação da área de Comunicação e Relações Públicas e reorganização da área de Monitorização de Públicos e Qualidade, no âmbito da área de Gestão (Gráfico 2 – Organograma Funcional Castelo de S. Jorge).

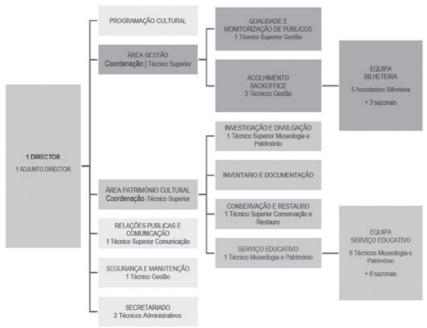


Área do Monumento Nacional | 3,5 hectares

Aberto ao Público de 2ª Feira a Domingo
Horários | 9h00 – 21h00 de Março a Outubro | 9h00 – 18h00 de Novembro a Fevereiro

Encerra a 1 de Janeiro, 1 de Maio e 25 de Dezembro

Gráfico 1 – Evolução de Visitantes CSJ 2005 a 2011.



Equipa Permanente 23 Pessoas | Equipa Sazonal + 9 Pessoas (Março a Outubro)

Gráfico 2 – Estrutura Funcional Castelo de S. Jorge.

Paralelamente operou-se uma alteração substancial do conceito programático seguido até então, agregando as várias vertentes da atividade em torno da ativação de conteúdos artísticos (programas de música, teatro, dança, etc.), da ativação de conteúdos educativos (programas didáticos para escolas, para famílias ou para o público em geral) e da ativação de conhecimento (projetos na área da conservação e restauro, da investigação histórica, ou das ciências do património).

O modelo de gestão instituído, com uma forte componente de planeamento integrado e uma articulação dinâmica entre as diversas áreas e sub-áreas, tem possibilitado ganhos de eficácia e eficiência, na gestão de processos cada vez mais complexos e exigentes, permitindo optimizar procedimentos, recursos humanos e financeiros, e na prossecução dos vários projetos preconizados, num contexto de significativas restrições orçamentais, fomentando o desenvolvimento continuado dos eixos de ação definidos para o quadriénio: (1) estudar e conservar; (2) dar a conhecer; (3) tornar acessivel; (4) fidelizar públicos.

A adoção de um modelo de gestão global, integrado e dinâmico, tem permitido, ainda, absorver as restrições e os cortes orçamentais que se têm verificado desde 2010, ajustando processos e adequando toda a atividade ao orçamento anual de cerca de 1.465.000, 00 euros (Quadro 1 – Síntese 2012 – Instrumentos de Gestão Previsional).

Porém, na reta final do Plano Estratégico 2010-2014, ficaram por concretizar algumas oportunidades no âmbito do processo de musealização global do monumento, nomeadamente, no que se refere à desativação do parque de estacionamento temporário (para moradores da freguesia) que permanece no interior do Castelo de S. Jorge, entre o castelejo e o sítio arqueológico, impossibilitando um circuito de visita contínuo e obrigando a um percurso alternativo pelas muralhas, com condicionantes significativas quer ao nível da segurança, quer da acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.

Ainda, no âmbito das oportunidades, importa referir que a musealização do património arqueológico, associada no caso do NAC a um projeto de arquitetura inovador, premiado internacionalmente,

| Instrumentos de Gestão Previsional - Síntese 2012 | | | | |
|---|-----------------|--|--|--|
| Total de Custos | 1.463.376, 00 € | | | |
| Custos de Funcionamento | 778.544,00 € | | | |
| Vigilância e Segurança, Limpeza, Manutenção de Espaços Verdes, Manutenção e Reparação, Materiais , Trabalhos Especializados e Honorários | 499.225,00 € | | | |
| Electricidade , Agua e Telecomunicações | 94.619,00 € | | | |
| Custos Financeiros e Impostos | 68.129,00 € | | | |
| Comunicação Institucional | 37.221,00 € | | | |
| Outros (Despesas de Representação, Deslocações e Estadas, Rendas e Alugueres, Contencioso e Notariado e Honorários) | 79.350,00€ | | | |
| Custos com Pessoal | 558.130,00€ | | | |
| Remunerações, Encargos com Remunerações e Seguros | | | | |
| Custos de Actividade | 152.275,00€ | | | |
| Programação - Espectaculos, Conferências, Exposições, Actividade de Serviço Educativo | 65.169,00 € | | | |
| Património - Investigação, Inventário e Catalogação, Conservação e Restauro e Divulgação | 80.144,00 € | | | |
| Promoção da Actividade | 6.962,00 € | | | |
| Total de Rendimentos | 5.056.109,00€ | | | |
| Bilheteiras – Ingresso Monumento + Ingressos Espectáculos | 4.824.744,00 € | | | |
| Concessões | 194.884,00 € | | | |
| Cedências de Espaço | 18.352,00 € | | | |
| Outros | 18.099,00 € | | | |

Quadro 1 – Instrumentos de Gestão Previsional – Síntese 2012.

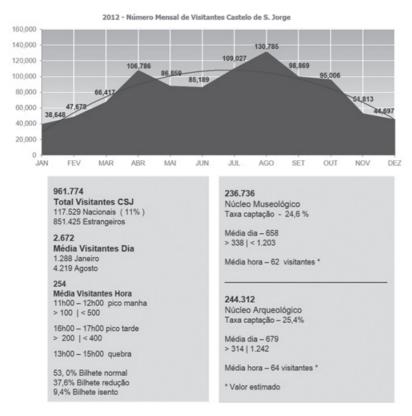
constituiu (e constitui) um bom exemplo de ativação de novos valores, significados e sentidos que propiciam novos motivos de visita, permitindo captar segmentos de nicho, como estudantes e profissionais de arqueologia, arquitetura e conservação e restauro, e, funcionando, ainda, como ativo capaz de fomentar novos interesses de investigação sobre o Castelo de S. Jorge.

Por outro lado, é no NAC que residem os maiores desafios. O Sítio Arqueológico, pela sua natureza frágil, constitui um desafio permanente ao nível da conservação *in situ* de estruturas delicadas, como são os pavimentos e estuques de argamassa pintada, da sua manutenção geral, ou da significativa pressão turística a que está sujeito.

Desde a sua abertura ao público em Março de 2010, que se acionou um plano de conservação preventiva, com base no diagnóstico do estado de conservação realizado então, que prevê a monitorização sistemática de situações críticas, ações de manutenção regulares direcionadas e a monito-

rização sistemática do fluxo de visitantes no NAC (e também no NMC), de modo a aferir com rigor aspectos comportamentais que permitam estabelecer medidas preventivas e acções pontuais de condicionamento da circulação.

Tomando como referência o ano de 2012, verifica-se que o NAC capta um quarto dos visitantes que adquiriram bilhete para visitar o Castelo de S. Jorge (25,4%), correspondendo a um total de 244.312 visitantes (Quadro 2 - Análise Visitantes 2012 CS| NMC NAC). A análise comparada de dados do sistema de bilhética com os da monitorização sistemática na área arqueológica permitiu perceber que por dia aquela área foi visitada por uma média de 658 pessoas/dia (num mínimo de 314 e num máximo de 1242), o que resulta numa média de visitantes/hora de 64 pessoas. Da análise hora a hora (Gráfico 3 – NAC Média Visitantes / Hora) conseguem-se apurar tendências de picos, situação que nos permitiu definir com exatidão medidas e procedimentos específicos, à semelhança do que se



Quadro 2 – Análise Visitantes 2012 CSJ NMC NAC.

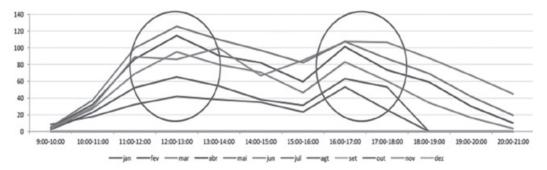


Grafico 3 - NAC Média Visitantes / Hora.

definiu para o Castelo de S. Jorge em geral com base na análise e estudo detalhado dos dados do sistema de bilhética.

Os três anos de monitorização sistemática de situações críticas nas estruturas arqueológicas, de fluxos de visitantes e de observações presenciais de comportamentos de visita no interior da área arqueológica, têm possibilitado a conjugação eficaz de implementação de medidas de mitigação

de impactes originados pela pressão turística e de medidas de conservação preventiva das estruturas arqueológicas, bem como a melhoria de aspetos de projeto de arquitetura menos bem conseguidos e com implicações significativas quer no comportamento do visitante no interior da área, quer na conservação das estruturas arqueológicas.

Para o desenvolvimento eficaz do Plano de Conservação Preventiva foi necessário criar instrumentos de registo básicos, que careciam de atualização ou não existiam, como o levantamento topográfico integral da área arqueológica ou levantamento orto fotográfico de todas as estruturas arqueológicas, base fundamental para as monitorizações da área.

A complexidade e dificuldades que se foram encontrando na gestão do património arqueológico permitiram, porém, ensaiar um conjunto de soluções preventivas muito assertivas que se implementaram a toda a área monumentalizada, que é vasta, e que no contexto atual de restrições orçamentais nos tem permitido uma gestão mínima, mas eficiente, dos muitos problemas que se colocam na gestão de património arquitetónico e arqueológico num contexto de enorme pressão turística.

Para além das questões mais relacionadas com a conservação, também os aspetos relacionados com a apresentação do património histórico e arqueológico, nomeadamente a acessibilidade dos conteúdos – a interpretação dos espaços, o que representam e o que significam – tem constituído um enorme desafio, considerando que nem sempre as soluções museográficas permitem uma fácil interpretação dos conteúdos explicativos, e estes, nem sempre são acessíveis a um público de origens diversas e com níveis de literacia muito diferente, aspeto que resulta numa fraca acessibilidade e fomenta o desinteresse sobretudo no que respeita ao património arqueológico.

Para concluir, a gestão de património é um processo global, em permanente evolução, que se torna eficiente quando se tem uma visão de longo prazo do que se pretende e se fomenta um trabalho multidisciplinar e integrado na prossecução do plano desenhado e na resolução das dificuldades que vão surgindo.

No caso do Castelo de S. Jorge, pelo menos desde 2004, foi possível essa abordagem visionária de ativar os recursos arqueológicos existentes, de materializá-los em novos valores, significados e sentidos, criando mais valor para o monumento nacional e para a cidade de Lisboa e preservando e tornando acessível um património ímpar para a história de Lisboa.

Se o ponto de partida das escavações da Praça Nova foi a construção de um eventual parque de estacionamento no interior do Castelo de S. Jorge, pode-se afirmar também que a musealização da Praça Nova constitui o ponto de chegada. O caminho foi duro e árduo e implicou muitos anos de cuidado das estruturas, estudo de materiais arqueológicos com uma equipa pequena, mas coesa, com experiência em arqueologia urbana e sem a qual este trabalho não teria sido possível de realizar nos termos em que o foi.

BIBLIOGRAFIA

CARRILHO DA GRAÇA, João Luís, GOMES DA SILVA, João (2010). "Musealization of the S. Jorge Castle's Praça Nova Archaeological Site Lisbon 2008-2010 – Palimspsest and Palíndrome", *Piranesi_Prix de Rome VIIIª edizione 2010* – Call internazionale per realizzazioni di architettura e museografia per la valorizzazione del patrimonio archeologico, Rome, 2010.

DGEMN (1941). Castelo de São Jorge, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 25/26, Setembro-Dezembro de 1941.

DIAS, I., PRUDÊNCIO, I., GOUVEIA, A., GOMES, A., GASPAR, A (2009). Tecnologias de produção de cerâmicas pintadas dos séc. XI-XII – Castelo de São Jorge, VIII Congresso Internacional de Cerâmica Medieval en el Mediterráneo, 27 de Fevereiro a 3 de Março de 2006, Ciudad Real, pp.963-966.

DIAS, I., PRUDÊNCIO, I., GOUVEIA, A., GOMES, A., GASPAR, A (2009). Evolução das tecnologias de produção cerâmica dos séc. XI a XVI na cidade de Lisboa, VIII Congresso Internacional de Cerâmica Medieval en el Mediterráneo, 27 de Fevereiro a 3 de Março de 2006, Ciudad Real, pp.509-514.

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana (2001). Escavações no Castelo de S. Jorge – resultados preliminares, *Colóquio Lisboa, Encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos (1997), Arqueologia Medieval*, 7, pp.95-103.

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana (2001). O Castelo de S. Jorge – da fortaleza islâmica à alcáçova cristã, *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb*. 500 – 1500, Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, Lisboa,pp.397-405.

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana (2006). Hospital de São João de Deus no Castelo de São Jorge – Vestígios arqueológicos, XVI Colóquio de História Militar, Lisboa, 2006, pp.863-889.

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana (2012). A cerâmica moderna do Castelo de S. Jorge, *Velhos e Novos Mundos – Congresso Internacional de Arqueologia Moderna*, Lisboa, 2012, pp. 719-732.

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana (2012). Cerâmicas comuns da Antiguidade Tardia provenientes do Claustro da Sé de Lisboa, Portugal, *X Congresso Internacional de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves, 2012 (no prelo).

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana (2012). Recipientes de medidas da cidade de Lisboa, *X Congresso Internacional de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves, 2012 (no prelo).

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana (2012). Cerâmicas pintadas a branco do século XV/XVI encontradas no Castelo de S. Jorge, Lisboa, Portugal, *X Congresso Internacional de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves, 2012 (no prelo).

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana (et al.) (2003). Castelo de São Jorge – balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos, *Património – Estudos*, vol. 4, IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, pp. 214-223.

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana (et al.) (2009). Cerâmicas do século XV-XVI da Casa do Governador – Castelo S. Jorge – Lisboa, *VIII Congreso Internacional de Cerâmica Medieval*, Ciudad Real (2006), pp. 653-672).

GOMES, A. (2003). Cerâmica pintada a branco de Lisboa. Actes du VIIe Congrés International sur la céramique médiévale en Méditerranée, Thessaloniki, 11-16 Octobre Tessalónica, 1999, pp. 659-668.

GOMES, Ana, GASPAR, A.(et al.) (2005). Cerâmicas medievais de Lisboa, continuidades e ruturas, *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Palmela, 2003, pp. 221-237.

GOMES, Ana, GASPAR, A. (et al.) (2009). Cerâmicas medievais provenientes do Beco do Forno – Castelo de S. Jorge, VIII Congresso Internacional de Cerâmica Medieval en el Mediterráneo, 27 de Fevereiro a 3 de Março de 2006, Ciudad Real, pp. 955-962.

GOMES, Ana (et al.) (2009) - A cerâmica vidrada da Alcáçova do Castelo de S. Jorge, VIII Congresso Internacional de Cerâmica Medieval en el Mediterráneo, 27 de Fevereiro a 3 de Março de 2006, Ciudad Real.

GOMES, A., GASPAR, A. (2013). Castelo de S. Jorge na transição do mundo islâmico para o cristão in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (Coord.), Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb - Séculos VI a XVI, Lisboa, Edições Colibri – Campo Arqueológico de Mértola.

GUERRA, Amilcar (2006). "Os mais recentes achados epigráficos do Castelo de S. Jorge de Lisboa", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 9, n.º 2, IPA – Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 271-297.

PIMENTA, João (2005). As Ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa), Col. *Trabalhos de Arqueologia nº 41*, IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa.

SERRA, Susana, GOMES, Ana, GASPAR, Alexandra, (2006). "Memória Descritiva – Programa Museológico do Projecto de Musealização da Praça Nova e Instalação do Núcleo Museológico do Castelo", Projecto de Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova e Instalação do Núcleo Museológico do Castelo, Candidatura POC – Plano Operacional da Cultura, Lisboa, 2006 (texto policopiado).

SERRA, Susana (2008). Castelo de S. Jorge – Núcleo Museológico, EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural de Lisboa EEM, Lisboa.

SERRA, Susana, OLIVEIRA, Teresa (2010). "El Centro Arqueologico del Castelo de S. Jorge: contribuciones a la difusión de la historia de Lisboa", VI Congreso Internacional de Musealización de Yacimientos y Patrimonio – Arqueologia, Patrimonio y Paisages Históricos para el siglo XXI, Toledo, 2010 (no prelo).

SILVA, A. Vieira (1937). *O Castelo de São Jorge. Estudo histórico-descritivo*, Lisboa, Tipografia Empresa Nacional de Publicidade, 2º edição.

